

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021):

1.1. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços, fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para construção de 50 (cinquenta) unidades habitacionais, de acordo com o programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, conforme projetos e demais anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER*	UN	QTDE	VALOR TOTAL
1	Execução de obras de engenharia, com fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários para construção de 50 unidades habitacionais, de acordo com o programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.	5622	Serviço (Un)	1	R\$ 7.597.392,84

1.2. O valor total estimado da aquisição/contratação é de **7.597.392,84 (sete milhões e quinhentos e noventa e sete mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos)**, para o objeto.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação não são caracterizados como especial(is), conforme justificativa constante do Parecer Seplan nº 003/2026 – Anexo A.

1.4.1. Os valores constantes nas planilhas orçamentárias apresentadas estão referenciados na planilha orçamentária foi elaborada com base em valores das bases oficiais de custos, sendo adotados SINAPI 09/2025 – Santa Catarina e SICRO3 07/2025 – Santa Catarina, ORSE 09/2025 Sergipe e EMOP 11/2025 Rio de Janeiro conforme aplicabilidade dos serviços. No cálculo dos custos foi considerada a DESONERAÇÃO da folha de pagamento, por se tratar da alternativa mais vantajosa à Administração, conforme análise comparativa dos encargos incidentes. Foi adotado BDI de 28,49% compatível com o tipo e porte da obra, cuja composição encontra-se detalhada em planilha específica, calculada segundo os parâmetros estabelecidos pelo Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário

1.5. PRAZO DE VIGÊNCIA:

1.5.1. O prazo de vigência contratual será de 19 (dezenove) meses, a contar da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 111, da Lei nº 14.133/21.

1.5.2. O prazo da execução dos serviços será de **18 (dezoito)** meses a contar da data de emissão da ordem de serviço, salvo em casos em que seja estabelecido no próprio documento data para o início dos serviços, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 111, da Lei nº 14.133/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' e 'c' da Lei nº 14.133/2021):

O Município de Itapoá/SC apresenta déficit habitacional significativo, agravado pelo crescimento populacional e pela elevação dos custos imobiliários, o que dificulta o acesso à moradia adequada, especialmente para famílias de baixa renda inscritas em programas governamentais e cadastros habitacionais. Tal cenário compromete as condições de habitabilidade, amplia situações de vulnerabilidade social e impacta negativamente a dinâmica urbana e a oferta de serviços no município.

Diante dessa realidade, evidencia-se a necessidade pública de implementação de política habitacional voltada à redução do déficit de moradias e à promoção de condições dignas de habitação, em consonância com as diretrizes dos programas habitacionais vigentes.

2.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei nº 14.133/2021):

A contratação pretendida tem por objeto a execução de 50 (cinquenta) unidades habitacionais unifamiliares, vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV/FNHIS Sub-50, a serem implantadas em área previamente definida, com projetos técnicos e memorial descritivo já elaborados, conforme termo de fomento e convênio firmados.

A execução do empreendimento atende ao interesse público, ao contribuir para a mitigação do déficit habitacional, a redução de riscos decorrentes de ocupações precárias e a melhoria das condições sanitárias, de segurança e de saúde pública, além de gerar efeitos econômicos indiretos positivos no âmbito local. Consideradas as características do programa e do objeto, conclui-se que alternativas como aquisição ou locação de imóveis não se mostram adequadas, sendo a contratação de empresa especializada para a execução da obra a solução mais apropriada para o atendimento da necessidade identificada.

A solução definida para atendimento da necessidade pública consiste na contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia destinada à construção de 50 (cinquenta) unidades habitacionais unifamiliares, vinculadas ao Programa MCMV/FNHIS Sub-50, em área previamente definida, com execução conforme os projetos, o memorial descritivo e os demais documentos técnicos integrantes do processo. A execução abrangerá, de forma integrada, todas as etapas necessárias à entrega das unidades em plenas condições de uso, segurança e habitabilidade, desde os serviços preliminares até os acabamentos, instalações, testes finais, limpeza e entrega definitiva. A contratada deverá assegurar a adequada organização e gestão do canteiro de obras, observando as normas técnicas aplicáveis, as exigências de segurança do trabalho, especialmente a NR-18, e as boas práticas de gestão de resíduos da construção civil.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21):

3.1. Os requisitos e condições a serem obedecidas na execução da obra, os parâmetros mínimos para materiais, serviços e equipamentos são aqueles expostos nos documentos que compõem o Projeto Executivo, parte integrante deste Termo de Referência.

3.2. Critérios de sustentabilidade: o licitante deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental.

3.2.1. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

3.2.2. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

3.2.3. Devem ser seguidos os seguintes controles ambientais:

3.2.3.1. Alteração dos Níveis de Ruídos: ruídos gerados pela atividade, podendo implicar desconforto auditivo, perturbação de fauna, perturbação do sossego. Medidas de controle: os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes das atividades desenvolvidas deverão estar em conformidade com os parâmetros preconizados na Resolução CONAMA n.º 001/1990, a qual considera prejudiciais à saúde e ao sossego público os ruídos com níveis superiores aos limites estabelecidos pela Norma NBR 10151:2019 e suas alterações. As vibrações geradas na instalação deverão ser controladas de modo a evitar incômodos ao bem-estar público. Realização de manutenção preventiva e periódica de equipamentos e maquinários. Respeito aos limites de velocidade.

3.2.3.2. Vegetação: Conforme inventário florestal (censo florestal) protocolado nesta Secretaria de Meio Ambiente, trata-se de vegetação classificada como secundária em estágio médio de regeneração, conforme parâmetros da Resolução CONAMA n.º 04/1994.

3.2.3.3. Espécies ameaçadas de extinção: O lote apresenta 11 indivíduo(s) da espécie *Calophyllum brasiliense* (guanandi), o(s) qual(is) deverá(ão) ser compensado(s) na proporção de 1:10, ou seja, deverão ser plantadas 110 mudas da mesma espécie, conforme disposto na Portaria nº 210/2021 do IMA, no prazo estabelecido no Termo de Compromisso de Reposição Florestal.

3.2.3.4. Reserva Legal: Em virtude do Imóvel inserir-se em Zona Urbana, não se faz necessária a composição de Reserva Legal.

3.2.3.5. Área de Preservação Permanente: O lote não se encontra inserido em APP.

3.2.3.6. Reposição Florestal: O estudo indicou um volume de 229,45 m³ ou 344,17 metros st. O proprietário tem o prazo de 60 dias corridos para a apresentação do comprovante conforme Termo de Compromisso de Reposição Florestal.

3.2.3.7. Área de Manutenção: O lote apresenta 9.396,00 m² + 870 m² de área de rua cobertos por vegetação, logo, a área de manutenção corresponde a 2.818,80 m², referente a 30% da mesma. Essa área, conforme compensação pelo meio indireto citado Lei Complementar Municipal n.º 73/2018, será adquirida, em locais prioritários para conservação segundo o Plano Municipal da Mata Atlântica, pela Prefeitura Municipal de Itapoá, por meio do pagamento da Taxa de Manutenção Florestal (04 Unidade Padrão Municipal/m² da área vegetada), a qual será destinada a fundo específico para esse fim. O valor da referida taxa será de 5.637,60 UPM, já aplicado 50% de desconto, conforme consta no Termo de Ciência e Compromisso, parte integrante deste processo.

3.2.3.8. Compensação Ambiental: A área de compensação corresponde a 6.577,20 m², referente a 70% da área vegetada. Essa área, conforme compensação pelo meio indireto citado na Lei Complementar Municipal n.º 73/2018.

3.2.3.9. Contaminação por Fontes Difusas: eventuais vazamentos de óleos, graxa dos veículos e máquinas. Medidas de Controle: Verificar visualmente possíveis fontes de vazamento; realizar a manutenção apropriada dos veículos. No caso de eventuais vazamentos durante a execução das obras, interromper as atividades, isolar a área, utilizar material absorvente (ex: pó de serra e turfa), promover o recolhimento dos resíduos gerados e dar a destinação final correta.

3.2.3.10. Resíduos sólidos: De acordo com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) é dever dos proprietários de lotes, bem como das empresas de terraplanagem, realizar a destinação final correta dos resíduos sólidos provenientes da supressão de vegetação e construção civil. O descumprimento do disposto é passível das penalidades legais cabíveis, devendo o requerente apresentar os respectivos comprovantes de destinação.

3.2.3.11. Supressão de Vegetação: Autorização de Exploração - Autorização de Supressão de Vegetação - ASV Número da Autorização 2042.8.2026.86554 Registro Sinaflor 24226094 Área autorizada 1,0266 Há.

3.3. Vedação ou critérios de subcontratação (Decreto Municipal nº 5.853/2023): Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

3.4. Previsão de garantias (art. 96 da Lei nº 14.133/21): não será exigida garantia da contratação.

3.5. Vistoria: A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

3.5.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

3.5.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.5.3. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.5.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021):

4.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento. A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no art. 2º, inciso VI da Lei n. 14.133/2021;

4.1.1. A presente contratação será fundamentada no Projeto Executivo com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, são partes integrantes do Projeto Executivo:

I - Projetos;

II – Orçamentos;

III – Cronogramas;

III – Pareceres e ART.

4.2. Obrigações específicas relacionadas ao objeto:

4.2.1. Todos os serviços previstos e descritos no Termo de Referência e demais anexos constantes no Edital deverão ter o acompanhamento, aprovação e liberação da Secretaria Requisitante, por intermédio do Fiscal do Contrato;

4.2.2. A empresa contratada deverá dispor de profissional habilitado em seu quadro técnico para que se faça cumprir as exigências descritas em projeto executivo;

4.2.3. Caberá a empresa contratada a responsabilidade de fornecer os materiais e equipamentos necessários para atender a execução dos serviços, conforme consta neste Termo de Referência;

4.2.4. A mobilização e desmobilização consiste no transporte de equipamentos e maquinários necessários para a execução dos serviços será de responsabilidade da empresa contratada;

4.2.5. É de total responsabilidade da empresa contratada arcar com todas as despesas referentes ao pessoal de sua contratação, incluídas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, salários e outra;

4.2.6. Será de responsabilidade da empresa contratada a destinação dos resíduos provenientes dos serviços executados e a apresentação dos respectivos MTR (Controle de Manifesto de Transporte de Resíduos) e CDF (Certificado de Destinação Final) à Secretaria de Meio Ambiente de Itapoá – SC;

4.2.7. A sinalização deve ser estabelecida na área que será executada a atividade, onde serão implantados dispositivos com o objetivo de informar e advertir os transeuntes sobre o local de intervenção;

4.2.8. Equipamentos de proteção individual: A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, uniforme personalizado com faixas refletivas, com identificação da empresa e do funcionário EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR-6 – Equipamentos de Proteção Individual;

4.2.9. Manter número de telefone fixo e telefone celular sempre operante para atendimento de chamados da Secretaria de Infraestrutura, e e-mail para as devidas notificações;

4.2.10. Manter a disciplina e bom relacionamento nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Prefeitura;

4.2.11. Responsabilizar-se pela identificação/comunicação visual dos veículos, equipamentos (cones, cavaletes, etc.);

4.2.12. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas;

4.2.13. Implantar, de forma adequada e funcional, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;

4.2.14. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus colaboradores, das normas disciplinares determinadas pela contratante;

4.2.15. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

4.2.16. A Contratada deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente, a legislação trabalhista, ambiental, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho;

4.2.17. Responsabilizar-se, civil, administrativa, penal e tecnicamente, sob as penas da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos materiais e pessoais que venham a ser causados por seus funcionários ao município ou a terceiros;

4.2.18. O dimensionamento das equipes, a sinalização dos serviços e a aquisição das ferramentas necessárias serão de responsabilidade da empresa contratada e deverão ser suficientes para atender o serviço a ser prestado.

4.3. Outros requisitos necessários na operacionalização da solução:

4.3.1. Os serviços serão autorizados através da emissão da Ordem de Serviço;

4.3.2. Os serviços deverão ser executados sem transtornos ou interdição de vias públicas, havendo a necessidade de tal interdição, esta deve ser comunicada a fiscalização do contrato;

4.3.3. Após a execução dos serviços, a via pública e adjacências deverá estar limpa;

4.3.4. Todo e qualquer serviço deverá ser executado sem perturbação do sossego ou interferência nos acessos dos moradores e afins às suas residências e demais imóveis;

4.3.5. Serviços preliminares: Instalação da Placa de Obra, Mobilização de maquinário, Demolições e atendimento às necessidades que permitem o desenvolvimento dos trabalhos a realizar;

4.3.6. A metodologia geral adota execução em etapas sequenciais: mobilização administrativa, preparação do terreno, fundações, estrutura, fechamentos, coberturas, acabamentos, instalações e finalização. Materiais conforme especificações no projeto e planilha orçamentária, com preparo manual ou mecanizado onde aplicável, e controle de qualidade por meio de ensaios (concreto fck 20 MPa, argamassas traço 1:2:8 ou 1:3). Limpeza diária do canteiro e descarte seletivo de resíduos.

4.4. A execução do objeto seguirá o Cronograma Físico-financeiro, em dezoito etapas.

4.5. A contratada deverá oferecer garantia mínima de 5 (cinco) anos quanto à solidez e segurança da obra executada, abrangendo materiais, serviços e eventuais defeitos que comprometam a estabilidade, funcionalidade ou durabilidade da estrutura, contados a partir da data do recebimento definitivo da obra.

4.5.1. Durante o período de garantia, a empresa executora será responsável pela correção, reparo ou substituição de qualquer elemento construtivo que apresente vício, falha ou deterioração decorrente de execução inadequada, uso de materiais de baixa qualidade ou descumprimento das normas técnicas aplicáveis, sem ônus adicional para a Administração Pública.

4.6. Local/horário de entrega/prestação dos serviços: Os serviços deverão ser realizados em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, podendo ocorrer ajustes mediante autorização da Secretaria responsável, conforme as necessidades operacionais e meteorológicas. Quadra 117 do loteamento Jardim Verdes Mares, bairro Maresia, Itapoá – SC.

5. MODELO DE GESTÃO E EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21):

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

5.5.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

5.5.2. A fiscalização técnica da contratação será executada pela Engenheiro Civil Srª **MARINA DAL BOSCO**, Matrícula nº 879, designada mediante autorização da autoridade máxima do órgão.

5.5.3. A fiscalização administrativa da contratação será executada pela CHEFE DE GABINETE, Srª. **ELAINE CRISTINA ALVES**, Matrícula nº 734659, designada mediante autorização da autoridade máxima do órgão.

5.5.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

5.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

5.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

5.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

5.8.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

5.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.10. O(s) serviço(s) será(ão) recebido(s):

- a) Provisoriamente, em até 15 dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
b) Definitivamente, após 90 (noventa) dias corridos do recebimento provisório, após observação e/ou vistoria do atendimento das especificações e requisitos da contratação;
c) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 14.1, "b" não ser procedida dentro do fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia previsto no subitem 14.1, "b".

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021):

- 6.1.** O pagamento será realizado ao final de cada etapa, conforme determinado no Cronograma Físico-financeiro.
6.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
6.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
6.3. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.
6.4. O Município de Itapoá reterá 11% sobre o valor da nota fiscal referente aos serviços para fins de quitação das obrigações junto ao INSS, de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 9.711/98, que determina que o tomador de obras deva fazer o recolhimento junto ao INSS dos seus contratados. As guias quitadas junto ao INSS serão entregues a contratada mensalmente.
6.4.1. O Município de Itapoá reterá o correspondente ao ISS diretamente sobre o valor do contrato correspondente aos serviços executados, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal nº 071/2014 e Lei Municipal Complementar nº 007/2003.
6.5. A **CONTRATADA** deverá encaminhar através do Setor de Protocolo Oficial do Município através do endereço de e-mail protocolo@itapoa.sc.gov.br, ou via "**Portal do Cidadão**", endereçado à Secretaria de Infraestrutura, através do fiscal do contrato o pedido de liberação da parcela. O pagamento ocorrerá após parecer favorável, observados os requisitos que compõe a Instrução Normativa PMI Nº 01/2017.
6.5.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021):

- 7.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.
7.2. Regime de execução: **empreitada por preço global.**

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/2021):

- 8.1.** A despesa decorrente da presente licitação corre por conta de dotação orçamentária:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Prog	Proj/Ativ	FR	Subelemento
Gabinete do Prefeito	1197	03	001	0004	0122	0002	2004	250070000000	44905199
Gabinete do Prefeito	1198	03	001	0004	0122	0002	2004	70070000800	44905199

- 8.2.** Conforme previsto no § 3º do art. 14 do Decreto Municipal nº 5.853/2023 **há** previsão de utilização de recursos da união.
8.3. O recurso referente a dotação 1198 será oriundo do **GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DAS CIDADES**, conforme Termo de Compromisso n.º 974292/2025/CAIXA.

Itapoá, 29 de janeiro de 2026.

ELAINE CRISTINA ALVES
CHEFE DE GABINETE